



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

REQUERIMENTO Nº ____, DE 2026

(Do Sr. Pastor Sargento Isidório)

Requer o encaminhamento de Indicação ao Poder Executivo sugerindo a recriação do Ministério da Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que seja encaminhada ao Poder Executivo Federal a Indicação anexa, na qual se sugere a adoção de providências administrativas destinadas à recriação do Ministério da Segurança Pública, com estrutura administrativa e orçamento próprios.

Sala das Sessões, em ____ de março de 2026.

PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO

Deputado Federal – AVANTE/BA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

INDICAÇÃO Nº ____, DE 2026

(Do Sr. Pastor Sargento Isidório)

Sugere ao Poder Executivo a recriação do Ministério da Segurança Pública, com estrutura administrativa e orçamento próprios, desvinculado do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, indico ao Poder Executivo, por intermédio da Presidência da República, a adoção das providências administrativas necessárias para a recriação do Ministério da Segurança Pública, com estrutura administrativa própria e orçamento específico, desvinculado do atual Ministério da Justiça e Segurança Pública.

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública constitui dever do Estado e direito fundamental da sociedade, conforme estabelece o art. 144 da Constituição Federal, cabendo aos entes federativos atuar de forma coordenada para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nas últimas décadas, o Brasil tem buscado aperfeiçoar os mecanismos institucionais voltados à formulação e à implementação de políticas públicas de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

segurança, com destaque para a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído pela Lei nº 13.675, de 2018, e para o fortalecimento do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), instrumentos destinados a ampliar a cooperação federativa e a eficiência das ações governamentais no setor.

Nesse contexto, como a segurança pública é um dos temas de maior preocupação dos brasileiros atualmente, esta indicação visa aprimorar a estrutura ministerial dedicando uma pasta especificamente a esta problemática. Revela-se assim, medida administrativa relevante para fortalecer a coordenação das políticas nacionais, em especial a suplementação de pagamento das forças de segurança, voltadas à prevenção e ao enfrentamento da criminalidade.

Assim sendo, a criação de um ministério específico para tratar da matéria permite:

- maior integração entre as forças de segurança pública;
- fortalecimento das políticas nacionais de prevenção à violência;
- aprimoramento da cooperação federativa entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- maior capacidade institucional da União para planejamento, coordenação e financiamento das ações de segurança pública.

Registre-se que em 2017 o Executivo Federal durante o governo Michel Temer já adotou, estrutura administrativa ministerial neste documento proposto, uma experiência que demonstrou ser válida. Afinal, a importância de um órgão central responsável pela articulação das políticas nacionais nesse setor estratégico tende a chegar com mais eficácia nos 5.570 municípios brasileiros.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

Além disso, a implantação do Ministério de Segurança Pública tende a ajudar projetos que estão em tramitação nesta Casa Legislativa, a exemplo do PL nº 5411/2025 que versa sobre a cooperação interestadual entre as Polícias Militares e Cíveis dos Estados e do Distrito Federal. Ademais foi objeto de promessa pública do presidente Lula da Silva, que quando aprovada a **PEC nº 18/2025**, a recriação do Ministério de Segurança Pública.

Como a matéria em questão já está avançando no Senado, cabe ao Executivo Federal, dá maior celeridade ao compromisso público já mencionado fartamente coberto pela imprensa de todo país. Evidencia isso o anexo 1. Trato deste tema desde que exerço a função de Deputado Estadual na Bahia (2002-2018). Segue reprodução do diário oficial em anexo 2, que comprova proposta nessa mesma direção.

Por essas razões, entende-se oportuna a adoção, pelo Poder Executivo Federal, das providências administrativas necessárias para a recriação do Ministério da Segurança Pública, o quanto antes possível, ainda mais agora que há arcabouço recém-aprovado mais que favorável.

Sala das Sessões, em ____ de março de 2026.

PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO

Deputado Federal – AVANTE/BA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

Apresentação: 09/03/2026 13:03:23.693 - Mesa

INC n.293/2026

ANEXO 1



Geral

Lula defende PEC da Segurança Pública e diz que vai criar ministério

Proposta está em tramitação no Congresso Nacional

ANDREIA VERDÉLIO – REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL

Publicado em 06/02/2026 - 16:50
Brasília



ANEXO 2



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DA BAHIA**

SAVADOR, BAHIA,
Terça-feira
17 DE JANEIRO DE 2017
ANO I
Nº 22.098

Sargento Isidório sugere a criação do Ministério da Segurança Pública

O deputado Pastor Sargento Isidório (PDT), 4º vice-presidente da Assembleia Legislativa, apresentou indicação ao presidente da República, Michel Temer, propondo a criação do Ministério da Segurança Pública (MSP).

O deputado propõe a criação do MSP, conferindo ao mesmo capacidade de unificar os comandos das polícias estaduais, canalizando para seus integrantes melhores salários, autonomia interestadual e entrosamento institucional de modo que os servidores da Segurança Pública sintam-se efetivamente valorizados e capazes de prestar melhores serviços à sociedade brasileira.

Na justificativa da proposição, o parlamentar afirma que, segundo o IBGE, o Brasil tem algo em torno de 500 mil policiais militares e mais de 160 mil policiais civis, bombeiros (civis e militares), Polícia Técnica e correlatos,



Fedeetiste apresentou indicação na AL endereçada ao presidente Michel Temer

da marginalidade e do sub-mundo do crime. Um PM da Bahia da região de Juazeiro, por exemplo, muito pouco pode fazer em relação a um marginal que empreender fuga via Petrolina, no vizinho estado de Pernambuco. Portanto, a possibilidade de atuação prática das forças policiais em áreas de fronteira é apenas uma das dezenas de vantagens para a implementação do Ministério da Segurança Pública", disse o deputado.

O autor da indicação finaliza sua indicação afirmando que, atualmente, a insegurança é talvez a chaga social mais grave do nosso tempo. "Cresce, exponencialmente, todas as modalidades criminais e na esteira delas, o tráfico de drogas e o crime organizado. Assim sendo o Ministério da Segurança Pública é uma demanda urgente que tende a melhorar muito com MSP", conclui o deputado.

totalizando em, todo o país, quase um milhão de servidores públicos estaduais na área de segurança pública. Além, não é mais concebível, em um mundo globalizado, totalmente interligado

pela internet e redes sociais, o fato das corporações policiais estaduais operarem de modo limitado no que tange a fronteira, comunicação e logística. Até porque tal ação facilita, sobremaneira, a vida



Para verificação da assinatura, acesse <https://infoleg.br/autenticacao-de-assinatura> para ler o texto original assinado pelo deputado Pastor Sargento Isidório.



* C D 2 6 7 9 6 1 0 3 4 9 0 0 *